

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM - FACL
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LÍNGUA PORTUGUESA

LEONEI MACIEL CARDOSO JÚNIOR

RESENHA DESCRITIVA

**DESCRIÇÃO DO LIVRO DE LEITURA *ENSINO CÍVICO* (1898), DE JUVENAL
TAVARES**

ABAETETUBA

2022

LEONEI MACIEL CARDOSO JÚNIOR

RESENHA DESCRITIVA

**DESCRIÇÃO DO LIVRO DE LEITURA *ENSINO CÍVICO* (1898), DE JUVENAL
TAVARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C268d Cardoso Júnior, Leonei Maciel.
Descrição do livro de leitura ensino cívico (1898), de Juvenal
Tavares / Leonei Maciel Cardoso Júnior. — 2022.
09 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Raimunda Dias Duarte
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2022.

1. Descrição da obra ensino cívico. 2. Análise da obra. 3.
Fatos históricos. 4. Livros escolares. I. Título.

CDD 469

DESCRIÇÃO DO LIVRO DE LEITURA *ENSINO CÍVICO* (1898), DE JUVENAL TAVARES

Leonei Maciel Cardoso Júnior

TAVARES, Luiz Demetrio Juvenal. **Ensino cívico:** noções e princípios geraes educação cívica e direito pratico. Belém: Typ. de P. Barbosa, 1898.

CRENCIAIS DO AUTOR: Luiz Demétrio Juvenal Tavares foi escritor, redator, fundador da Academia Paraense de Letras e publicou diversas obras como: *Musa Republicana*, *A vapor e a cavalo*, *versos antigos e modernos* e *Serões da Mãe Preta*.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo descrever o livro de leitura *Ensino cívico: noções e princípios geraes educação cívica e direito pratico*, de Juvenal Tavares, publicado em 1898, buscando relacioná-lo com fatos históricos na transição do Império à República. O estudo está dividido da seguinte maneira: a primeira seção aborda os principais fatos históricos paraenses, desde a Cabanagem até o início da República; a segunda seção trata da descrição da obra nos seus 28 capítulos, com ênfase nos conteúdos voltados para civilidade, moral e patriotismo direcionados aos meninos paraenses e a última seção mostra a importância da obra para o seu tempo, em meio aos processos históricos e a necessidade do mercado de livros escolares no período.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

O Pará passou por intensas mudanças sócio-históricas e políticas durante a transição do Império para a República. Como ponto de partida, vale enfatizar as principais questões que provocaram o enfraquecimento da monarquia, como a revolta mais violenta do Período Regencial do Brasil, a Cabanagem (1835-1840), a qual traz as questões silenciadas do povo mais pobre à tona, composto principalmente por índios e mestiços em busca de melhorias sociais e econômicas. Vicente Salles afirma: “é a guerra dos esfarrapados colonizados contra a minoria de colonos detentora do poder e dos meios de produção” (SALLES, 1992, p. 66).

Nesse contexto, vale ressaltar a revolução francesa como fonte de inspiração libertária para os cabanos contra o regime liderado pelas elites opressoras apoiadas pelo clero (DUARTE, 2018. p. 169). A questão abolicionista também teve um grande impacto

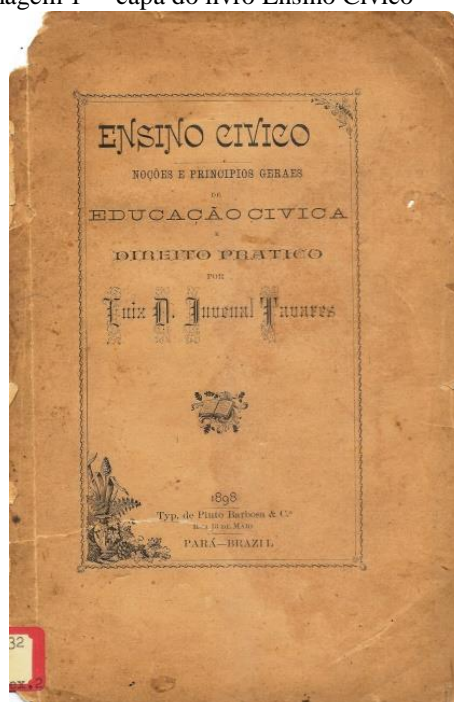
socioeconômico com a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República, em 1889. A nova forma de governo buscava a ordem, o progresso, o avanço tecnológico influenciado pelos ideais positivistas, modernos e patriotas. Coelho (2002, p. 31) ressalta que os republicanos paraenses “foram sujeitos por excelência da doutrinação republicana emanada dos círculos políticos de Paris”. Isso reforça a influência contínua dos ideais da Revolução Francesa, contextualizados e adaptados de acordo com o contexto sócio-histórico paraense.

A produção de livros didáticos em Belém no período conhecido como *Belle Époque* (1890-1910) foi impulsionada pela recém-formada república e pelo mercado internacional da época. Por outro lado, os autores paraenses inspirados pelos ideais patriotas e positivistas ansiavam por livros que fossem verdadeiramente nacionais em sua forma e em seu conteúdo (DUARTE, 2018. p. 141).

2 DESCRIÇÃO DA OBRA

A obra *Ensino cívico: noções e princípios geraes educação cívica e direito pratico* foi publicada em 12 de Novembro de 1898 pela edição da Typ. de Pinto Barbosa & C.^a, em Belém. Seu autor, Luiz Demétrio Juvenal Tavares, nasceu em Cametá, no dia 21 de Junho de 1850; estudou no seminário de Santo Antônio, mas seguiu carreira na imprensa como contista, poeta e redator, defendendo avidamente os ideais abolicionistas e republicanos (AZEVEDO, 1970).

Imagem 1 – capa do livro Ensino Cívico



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna

O livro de leitura aborda o ensino de meninos paraenses no início da república. Seu conteúdo foi dividido em quatro partes: a primeira parte trata das definições preliminares; a segunda parte, da apresentação da república; a terceira foca nos poderes da nação e a quarta parte apresenta as noções de direito prático. A maioria dos enunciados foi elaborada na forma de frases curtas e diretas, sem apresentar elementos conectivos, porém, conta com uma linearidade partindo do conceito mais básico até o mais específico. O objetivo da obra, segundo o autor Juvenal Tavares, é de “pôr aos olhos da nascente geração republicana uma espécie de instrução, que ainda não ha em nossas escolas” (TAVARES, 1898, p. 66). Até a data de sua publicação, comprova-se que não havia precedentes de outra produção semelhante a esta no sentido de instruir e educar os meninos da Amazônia seguindo os ideais de civilidade republicana.

No primeiro capítulo da obra, temos no primeiro enunciado a finalidade da instrução cívica, que é “fazer-nos conhecer os deveres que nos cumpre observar e os direitos que temos a exercer, como membros da sociedade civil, chamada Nação” (TAVARES, 1898, p. 5). Esse texto sintetiza a estrutura básica de toda a obra: conscientizar os meninos paraenses acerca de quais são os seus direitos e deveres na sociedade civil republicana. Em seguida, Tavares (1898, p. 5) apresenta o significado de civismo e associa-o ao bom cidadão, o qual é um homem com o caráter formado por qualidades morais dignas de respeito e estima. Dessa forma, o autor explicita o viés formativo de moral e respeito, apresentando as recompensas sociais de um cidadão civilizado.

No capítulo II, a família é apresentada como a primeira sociedade da qual o homem faz parte, e como “pedra fundamental da nação”. Nesse contexto, o autor relaciona o estado das famílias com o estado da sociedade e justifica “a preocupação dos legisladores para que haja moralidade e bons costumes no seio das famílias” (TAVARES, 1898, p. 8).

O capítulo III fala sobre o homem enquanto ser social desde o seu nascimento até sua velhice com a justificativa de que “não nascemos para nós somente; tudo nos diz que seremos felizes concorrendo para a felicidade dos outros homens” (TAVARES, 1898, p. 9).

O capítulo IV trata da justificativa de haver uma autoridade para garantir a permanência da sociedade, expondo sobre o histórico das formas de governo pelas quais o Brasil passou, a saber: a monarquia absoluta (1500-1822), a monarquia constitucional (1822-1889) e a república federativa, de 1889 até o período contemporâneo da obra. Ao longo dessa trajetória histórica, o autor defende a república como “o melhor dos governos” e conclui: “a melhor forma de governo será aquella que tenha a dupla condição de emanar da soberania popular e assegurar ao mesmo tempo o bem estar do povo” (TAVARES, 1898, p. 13).

Em seguida, o capítulo V explana o conceito de pátria, sua representação através da bandeira do Brasil e do Pará, e o conceito de patriotismo, em que o autor menciona explicitamente o leitor:

Meus caros meninos, para que a Pátria seja grande, forte e respeitada é preciso que seus filhos sejam bons, inteligentes e moralizados. Ao contrário, será uma Pátria envergonhada, abatida e sem honra, aquela cujos filhos forem preguiçosos na escola, perversos, egoístas, indolentes, ignorantes; porque, no futuro, serão más cidadãos (TAVARES, 1898, p.18).

Esse texto incute no leitor a responsabilidade e devoção à pátria, legitimando a centralidade da instrução moral e cívica para que o aluno futuramente seja um verdadeiro patriota e bom cidadão.

O capítulo VI discorre sobre os principais deveres cívicos do bom cidadão, os quais são: obediência às leis, respeito às autoridades, obrigação de pagar os impostos, o voto nas eleições e o serviço das armas.

O município é o assunto principal no capítulo VII, abordando sua organização, leis, cargos da administração municipal e os direitos e deveres dos munícipes. Vale frisar as obrigações dos bons cidadãos de “desempenhar com prazer e patriotismo o cargo de vogal e outros que não sejam remunerados; (...) enfim, procurar por todos os meios o engrandecimento da localidade onde reside” (TAVARES, 1898, p. 25). Nesse enunciado, o nacionalismo está explicitamente presente e é mostrado como uma característica digna de um homem civilizado.

A partir do capítulo VIII, a temática se volta para o cenário da república e inicia com a diferença entre Governo e Estado, com o autor mencionando a transição da monarquia para a república no Brasil. Em seguida, os princípios da Constituição brasileira e a importância de haver reformas alinhadas com a ordem e o progresso da nação são apresentados, em conformidade com as ideias progressistas e positivistas que circularam durante o início da república, de acordo com o seguinte trecho: “Uma constituição *estavel em absoluto*, só conviria a um povo estacionário, que não quisesse ser arrastado pelo progresso intelectual dos outros povos” (TAVARES, 1898, p. 28).

Do capítulo IX ao XI os objetos de estudo são o Distrito Federal, os estados da federação, a república e suas formas de organização política, administrativa e judiciária.

Os principais direitos declarados pela Constituição, como a liberdade, a igualdade, a liberdade de manifestação do pensamento e o ensino público leigo são abordados no capítulo XII. A laicidade do estado e consequente ruptura da influência da Igreja sobre o governo é

ênfatisada no seguinte enunciado: “por motivo de religião ou de crença o cidadão brasileiro não poderá ser privado de seus direitos civis e políticos, nem eximir-se de qualquer dever cívico” (TAVARES, 1898, p. 37).

Os direitos do homem são o foco do capítulo XIII e inicia abordando o direito à liberdade como primordial e igualitário. No que se refere ao povo civilizado, o autor afirma que liberdade mais bela é “a manifestação das idéas”, desde que não viole a moral e os direitos de terceiros. Esta também garante a liberdade de imprensa, a qual é o direito de escrita e publicação, e consiste no principal agente difusor de idéias do homem civilizado (TAVARES, 1898, p. 39).

O fim da parte II segue com o capítulo XIV e a distinção entre quem são os indivíduos brasileiros e os estrangeiros.

Nos capítulos XV e XVI, o conteúdo é sobre a soberania nacional, responsável pela auto-administração da nação em prol de seu próprio bem e de seus habitantes, e o sufrágio popular, que é o direito dos cidadãos de exercerem a cidadania por meio do voto e realizarem a vontade da maioria.

Nos capítulos XVII a XX os três poderes da nação são o foco principal, seus integrantes e a forma de eleição são explicados. Tavares (1898, p. 48) resume o objetivo dos poderes legislativo, executivo e judiciário: “Em summa, a missão d’esses trez Poderes é: a do primeiro, dictar as leis; a do segundo executal-as e fazel-as cumprir, na ordem administrativa: a do terceiro, applical-as nas questões entre partes”.

No capítulo XXI, o recurso de *Habeas Corpus* é explicado como um direito constitucionalista que defende a liberdade individual.

Os capítulos XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI introduzem as noções de direito prático e tratam da conceituação de lei, estado civil, pátrio poder (autoridade e proteção paterna para o filho de menor), propriedade, sucessões, testamentos, contratos e códigos.

O autor defende a obrigatoriedade da instrução pública no capítulo XXVII com o objetivo de garantir a subsistência da república, especialmente entre os meninos de 5 a 10 anos. Quanto à civilidade, os países a favor da instrução obrigatória “compreenderam, e muito bem, e aprovaram o principio de que o homem não tem direito para ser ignorante”. Além disso, a laicidade do ensino público despontou discussões preconceituosas “incompatíveis com a civilização, liberdade e progresso da presente geração” (TAVARES, 1899, p. 63). Por fim, é apresentada a incoerência de uma sociedade republicana, com a igreja separada do Estado, “se se mandasse ministrar, nos seus estabelecimentos de ensino publico, uma instrucção religiosa” (TAVARES, 1898, p. 63).

A obra finaliza com o capítulo XXVIII orientando sobre as festas nacionais e apresenta seu objetivo: “e cada pátria, emfim, devem instituir taes festas segundo os laços especiaes que prendem os seus destinos aos destinos de todos os povos” (TAVARES, 1898, p. 64). Portanto, esse trecho refere-se ao desenvolvimento do sentimento patriótico sem desvalorizar outros povos, reconhecendo a influencia de outras nações no desenvolvimento, progresso e conhecimento do seu próprio país.

CONCLUSÃO

A obra *Ensino Cívico*, de Juvenal Tavares, foi um livro de leitura formativo produzido no Pará e destinado aos meninos paraenses no início da república, trazendo alterações no conteúdo em comparação às produções didáticas durante o período da monarquia. Pelo fato de não reproduzir os costumes e temáticas pertinentes ao mercado internacional e às elites, pelo contrário, por exaltar a educação leiga e inculcar no leitor o sentimento de amor e devoção à pátria, essa produção está alinhada com as vertentes positivistas, progressistas e patrióticas fomentadas nesse período de mudanças sociais e políticas no Pará. Além disso, a sua proposta central de educar civicamente foi alinhada com o contexto sócio-histórico e cultural da época, no qual o bom cidadão republicano foi apresentado como o modelo de homem civilizado que possuía direitos e deveres e respeitava o governo. Portanto, os meninos paraenses deveriam seguir o que prescrevia o livro de leitura para que no futuro pudessem tornar-se bons cidadãos em prol do bem-estar da sociedade civil e de sua pátria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. Eustáquio de. **Antologia Amazônica**: poetas paraenses. 3. ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo**: o monumento à república em Belém 1891-1897. Belém: Paka-Tatu, 2002.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de Leitura da Amazônia**: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã. Campinas: Pontes, 2018.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992.